





***Tarteso.***  
***El emporio del metal***

---

Juan M. Campos  
Jaime Alvar  
Editores



ALMUZARA

© DE LOS AUTORES, 2013  
© EDITORIAL ALMUZARA, S.L., 2013

Primera edición: mayo de 2013

Reservados todos los derechos. «No está permitida la reproducción total o parcial de este libro, ni su tratamiento informático, ni la transmisión de ninguna forma o por cualquier medio, ya sea mecánico, electrónico, por fotocopia, por registro u otros métodos, sin el permiso previo y por escrito de los titulares del *copyright*.»

COLECCIÓN HISTORIA · SERIE HUELLAS DEL PASADO  
EDITORIAL ALMUZARA  
Director editorial: ANTONIO E. CUESTA LÓPEZ  
[www.editorialalmuzara.com](http://www.editorialalmuzara.com)  
[pedidos@editorialalmuzara.com](mailto:pedidos@editorialalmuzara.com) - [info@editorialalmuzara.com](mailto:info@editorialalmuzara.com)

Coordinadores: ANTONIO E. CUESTA LÓPEZ, ÓSCAR CÓRDOBA, JUAN RAMOS PEMÁN  
Imprime: PUBLIDISA

ISBN: 978-84-15828-30-3  
Depósito Legal: CO-1117-2013  
Hecho e impreso en España - *Made and printed in Spain*

<b>INTRODUCCIÓN</b> .....	9
<i>Jaime Alvar y Juan M. Campos</i>	

<b>CONTENIDOS DE LAS MESAS DE DEBATE</b> .....	13
<i>Jaime Alvar y Juan M. Campos</i>	

<b>PRESENTACIÓN DEL ESTADO DE LA CUESTIÓN TARTÉSICA</b>	
TARTESO Y LOS FENICIOS. HISTORIOGRAFÍA Y ÚLTIMAS APORTACIONES.....	21
<i>José M<sup>a</sup> Blázquez</i>	
TARTESO. LITERATURA Y SER HISTÓRICO.....	85
<i>Jaime Alvar</i>	
LA ARQUEOLOGÍA TARTÉSICA: REALIDAD Y FICCIÓN.....	111
<i>Juan M. Campos Carrasco</i>	

<b>NOVEDADES DE LA INVESTIGACIÓN</b>	
TARTESO. ORÍGENES Y CONCEPTO.....	121
LA GÉNESIS DE TARTESO EN LA ETAPA 'PRECOLONIAL' DEL SEGUNDO MILENIO: NOTAS PARA UNA DISCUSIÓN .....	123
<i>Manuel Bendala Galán</i>	
EL ESPEJISMO TARTÉSICO.....	137
<i>José Luis Escacena Carrasco</i>	
FENICIOS, NURÁGICOS Y TARTESIOS: MODALIDAD Y FINALIDAD DEL ENCUENTRO ENTRE GENTES Y CULTURAS DIVERSAS EN EL PASO DEL BRONCE FINAL AL HIERRO I. ....	197
<i>Massimo Botto</i>	
DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE TARTESSO? .....	211
<i>Ana Margarida Arruda</i>	
DEFINIENDO TARTESO: INDÍGENAS Y FENICIOS .....	223
<i>Manuel Álvarez Martí-Aguilar</i>	
TARTESO: REFLEXIONES DESDE LA LITERATURA GEO-ETNOGRÁFICA ANTIGUA.....	247
<i>Gonzalo Cruz Andreotti</i>	

TARTESO EN EL HORIZONTE ORIENTALIZANTE MEDITERRÁNEO .....	261
TARTESO EN EL CONTEXTO ORIENTALIZANTE DEL MEDITERRÁNEO: APROXIMACIÓN A UN ESTUDIO COMPARATIVO .....	263
<i>Carolina López-Ruiz</i>	
TARTESSOS AU MIROIR DE LA COLCHIDE .....	277
<i>Jean-Paul Morel</i>	
EL MUNDO MEDITERRÁNEO Y TARTESO A LA LUZ DE NUEVAS EVIDENCIAS .....	289
<i>Francisco Gómez Toscano</i>	
À-PROPOS HUELVA: A REASSESSMENT OF 'EARLY' PHOENICIANS IN THE WEST .....	311
<i>Ayelet Gilboa</i>	
PARA PENSAR TARTESO. DE ARGANTONIO A ALCORRÍN .....	343
<i>Fernando Wulff Alonso</i>	
TARTESO. LA CIUDAD, EL TERRITORIO .....	357
UNA PERCEPCIÓN DE TARTESO .....	359
<i>Sebastián Celestino Pérez</i>	
DE LA CABAÑA A LA CIUDAD .....	375
<i>Jesús Fernández Jurado</i>	
TARTESO, DE CIUDAD A IMPERIO (O SOBRE LA CREACIÓN DE IDENTIDADES FICTICIAS) .....	395
<i>Eduardo Ferrer Albelda y Eduardo Prados Pérez</i>	
TARTESO Y LA EXPLOTACIÓN MINERA .....	415
LOCAL TRADITIONS AND FOREIGN CONTACTS: INNOVATION IN TARTESSIAN METALLURGY .....	417
<i>Paul T. Craddock</i>	
LAS MINAS DE TARTESO .....	449
<i>Juan Aurelio Pérez Macías</i>	
PLATA TARTÉSICA: UNA REVISIÓN DE LA TECNOLOGÍA EXTRACTIVA A LA LUZ DE NUEVOS HALLAZGOS.....	473
<i>Salvador Rovira y Martina Renzi</i>	
TARTESO. SOCIEDAD Y CULTURA .....	489
LA SOCIEDAD TARTESIA.....	491
<i>Martín Almagro-Gorbea</i>	
LA SOCIEDAD TARTESIA Y LA SOCIEDAD FENICIA OCCIDENTAL.....	511
<i>José Luis López Castro</i>	
ARISTOCRACIA TARTESIA Y ESCRITURA.....	529
<i>Javier de Hoz</i>	

LAS INSCRIPCIONES DEL SUROESTE Y EL TARTESO DE LA ARQUEOLOGÍA Y DE LA HISTORIA.....	541
<i>John T. Koch</i>	
LA RELIGIÓN DE LOS TARTESIOS .....	559
<i>Antonio Tejera Gaspar y Jesús Fernández Rodríguez</i>	
ELEMENTOS RELIGIOSOS MEDITERRÁNEOS EN TARTESO. UN DEBATE SOBRE LA RELIGIÓN TARTÉSICA.....	581
<i>Adolfo J. Domínguez Monedero</i>	
TARTESO DESDE LA ÓPTICA HELENO-PÚNICA: OBSERVACIONES SOBRE LA PERCEPCIÓN Y EL OCASO DE UNA CIVILIZACIÓN LEGENDARIA .....	605
<i>Pedro Barceló</i>	
TARTESO EN LA HISTORIOGRAFÍA.....	629
TARTESO EN LA HISTORIOGRAFÍA ESPAÑOLA: NOTAS SOBRE UN (RELATIVO) DESINTERÉS.....	631
<i>Fernando Wulff Alonso</i>	
EL IMPACTO EN LA HISTORIOGRAFÍA ACTUAL DE LA IMAGEN ANTIGUA DE TARTESO.....	641
<i>Domingo Plácido</i>	
<b>MANIFIESTO POR TARTESO .....</b>	<b>651</b>
<b>GLOSARIO DE TÉRMINOS E ÍNDICES TEMÁTICOS.....</b>	<b>655</b>
<i>Clara Toscano Pérez</i>	
INTRODUCCIÓN.....	656
GLOSARIO DE TÉRMINOS .....	657
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	670
ÍNDICE TOPONÍMICO .....	677
ÍNDICE DE MATERIAS.....	705

## DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE TARTESSO?

*Ana Margarida Arruda*

*UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*

«O mito é o nada que é tudo»

Fernando Pessoa

### NO FUNDO DOS ESPELHOS

Discutir as fronteiras territoriais e os modelos políticos de Tartesso não se revela uma tarefa fácil, até porque para tal é obrigatório considerar a existência de uma entidade étnica e cultural concreta, onde cada indivíduo se sentiria, emocional e afectivamente, como parte integrante de um grupo, ao qual pertencia, o que não está, do meu ponto de vista, claramente demonstrado. Com efeito, nem as referências das fontes clássicas nem o registo material conservam o conteúdo social e cultural indispensável para uma análise objectiva, que defina, com clareza, a(s) identidade(s) dos grupos humanos que habitaram o Sudoeste peninsular entre o final da Idade do Bronze e os meados do 1º milénio a.n.e.. A verdade é que ambos, fontes escritas e dados arqueológicos, projectam imagens diversas dessas realidades materiais e imateriais, imagens que são muitas vezes antagónicas, e procurar concertá-las numa única provoca, inevitavelmente, distorções. E parece ainda fazer sentido lembrar neste contexto Cruz Andreotti quando afirma que «...la simples mención de un etnónimo no debe llevarnos a pensar que existe, detrás, una identidad de grupo fundamentada en una cierta autoconsciência o incluso un pueblo concreto...» (2010: 20).

Há pois que tentar encontrar no fundo dos espelhos as projecções iniciais, de forma a que se torne possível, a partir desse reflexo primordial, esclarecer, mais claramente, os factos com que lidamos. Contudo, não podemos esquecer que as leituras possíveis estão inevitavelmente deformadas pelos filtros que os distintos investigadores aplicam sobre a eventual imagem real. Como é evidente, olhar para o espelho implica, desde logo, a escolha de uma posição concreta que resulta num determinado enquadramento, o que transforma a imagem real numa outra imaginária, cheia de luz ou repleta de sombras. O real é filtrado e a imagem congela-se de forma distorcida. E o facto de os espelhos permitirem multiplicar a realidade e de a



tornarem infinita, pode dar origem a uma proliferação de representações distorcidas, o que parece ser justamente a situação de Tartesso.

Neste caso concreto, pode defender-se que estamos perante um contexto com *excesso de identidade*, com demasiado imaginário mítico, idêntico aquele que Eduardo Lourenço já definiu para Portugal (Lourenço, 1978; 1990). Se este *excesso de passado* é, em alguns aspectos, uma vantagem identitária, torna-se também uma ficção mítica que aprisiona o olhar sobre a realidade concreta (*Ibidem*; Franco, 2008; s/d). Não é impossível pensar que Tartesso, por ter existido de mais, talvez não tenha existido com aquela imperativa evidência que tantas vezes lhe impomos. E corre-se o risco de o transformarmos numa espécie de *buraco negro tal é o exagero de luz*.

E assim, impor Tartesso como uma «nação», ou mesmo como um conjunto de nações, parece de facto um exagero no estado actual dos nossos conhecimentos. Defender Tartesso como uma região de entidades múltiplas afigura-se-me o mais acertado, até porque assim se evita a tentação de pensarmos o SW peninsular como uma sucessão de processos de subjugação.

## GPS PARA UMA CARTOGRAFIA INCERTA

A definição de uma geografia para Tartesso não representa uma tarefa fácil de cumprir. Como já se explicou no ponto anterior, a construção de uma identidade étnica tartéssica não está, na minha perspectiva, ainda devidamente demonstrada. Em primeiro lugar, porque a vertente jurídica de uma qualquer etnicidade enquanto modo de identificação social não é ainda clara para a situação que nos traz aqui, e, por outro lado, porque é necessário não perder de vista que as identidades se constroem por oposição e por negação, uma vez que um sistema social não está consciente de si mesmo até que realize a existência de outro. Não há sentimento de pertença a um grupo se não existir outro grupo de que se sinta excluído. E, neste caso, qual é, ou quais são, o(s) outro(s)? Os fenícios? Os gregos? Outros indígenas?

A existência de uma «consciência tartéssica», ou seja de um sentimento integrador numa determinada unidade geo-política, está, efectivamente, ainda em grande parte por provar, até porque a questão fulcral passa necessariamente por saber se esses tartéssicos tinham ou não uma consciência colectiva, que decorria do sentimento de pertença a uma comunidade linguística e cultural ampla, ou se, pelo contrário, se sentiam membros de uma cidade ou de um grupo de parentesco específico.

A verdade é que Tartesso parece ser uma criação exo-étnica, de gregos e de romanos, projectada sobre uma realidade provavelmente muito diversificada, como já referiram muitos outros autores (entre outros, Álvarez Martí-Aguillar, 2005; Álvarez Martí-Aguillar e Ferrer Albelda, 2008; Andreotti, 2010).

Os limites geográficos de Tartesso, o que quer que tenha sido tal entidade, são assim muito difíceis de desenhar até porque se torna problemático atribuir materialidades concretas a essa realidade. De facto, todos sabemos como conciliar dados arqueológicos, fundamentalmente uma cultura material, com informações veiculadas por autores clássicos e colocar-lhes uma etiqueta étnica comporta consideráveis riscos. Quais são exactamente os materiais e as arquitecturas domésticas, funerárias e culturais tartéssicos e o que é que os diferencia de outros, concretamente dos

registados nos sítios considerados fenícios, parece ser a questão mais pertinente e prévia a todo e qualquer debate.

A questão da geografia prende-se também, e inevitavelmente, com a própria definição dos parâmetros cronológicos, bem como, e como já se referiu, dos distintos materiais arqueológicos que têm vindo a ser considerados «fósseis directores» da chamada cultura tartéssica.

E, também aqui, lidamos com não poucas contradições. Assim, se observarmos um mapa com a distribuição da cerâmica de retícula brunida interna, por exemplo o de Mariano Torres Ortiz (2002), e outro onde esteja cartografada a distribuição das estelas de tipo estremenho, sendo o mais recente o de Celestino Pérez e de Salgado Carmona (2011), verificamos que não existe coincidência entre ambos, isto para realidades do Bronze Final.

Se alargássemos esta abordagem para a Idade do Ferro, seríamos obrigados a constatar que a área de incidência da cerâmica dos tipos Llorca e Carambolo (Mapas em Torres Ortiz, 2002) não é completamente compatível com a dos chamados «bronzes tartéssicos», concretamente dos «braseiros», jarros ou *thymiateria* (Mapas em Jiménez Ávila, 2002).

A verdade é que, para a Idade do Ferro, é impossível não descortinar para muitos destes materiais uma origem e uma matriz cultural exógena, quer do ponto de vista formal quer ao nível decorativo. E, por outro lado, a distribuição geográfica de muitos deles compagina-se, de facto, com a área da colonização fenícia.

Impossível é também esquecer que a toponímia tem sido argumento esgrimido para definir a geografia tartéssica (Villar, 2000; Torres Ortiz, 2005; Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009), servindo igualmente os topónimos terminados em *IPO* para justificar não só uns limites geográficos muito concretos para uma área nuclear tartéssica e ainda para as suas periferias, como, inclusive, para cartografar as regiões tocadas pelo processo de colonização que Tartesso teria desenvolvido no vale médio do Guadalquivir e na fachada atlântica portuguesa (Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009).

Neste caso concreto, gostaria de chamar a atenção para o facto de a totalidade de estes topónimos serem conhecidos através de textos, referências e legendas numismáticas exclusivamente de época romana, e que a maioria destes sítios, sobretudo dos que se situam nas pretendidas regiões colonizadas, não incluam os espólios tartéssicos (estelas estremenhas, cerâmica com retícula brunida interna, cerâmica de tipo Llorca, cerâmica de tipo carambolo, bronzes). Mas a este assunto, voltarei mais adiante e com um pouco mais de detalhe.

As necrópoles de urnas de tipo Cruz del Negro têm sido também usadas para estabelecer fronteiras e definir territórios de Tartesso, assim como áreas de colonização interna e de longa distância (Torres Ortiz, 2005, Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009). Sobre este tema, tive já ocasião de me pronunciar (Arruda, 2005a; Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008), mas recorro ainda que sendo verdade que necrópoles deste tipo são frequentes na área meridional do Ocidente peninsular, concretamente no vale do Guadalquivir - por exemplo, Cruz del Negro (Gil de los Reyes *et al.*, 1991; Gil de los Reyes e Puya, 1995; Amores *et al.*, 1997; Amores e Fernández Cantos, 2000), Acebuchal (Maier, 1996), Bencarrón (Maier, 1992; 1996) - também é certo que abundam em Ibiza (Gomez Bellard, 1990) e no norte de África, como é o caso de Rachgoun (Vuillemot, 1955). Lembre-se que na ilha mediterrânea

espanhola, concretamente em Puig des Molins, este tipo de sepulturas é abundante (Gomez Bellard, 1990; Fernández Gómez e Costa, 2005), correspondendo ao grupo I de Jorge Fernandez Gomez Pantoja e Benjamin Costa, totalizando quase 61% do conjunto das sepulturas. A informação disponível sobre Tavira, nomeadamente a inscrição em língua e caracteres fenícios aí encontrada (Maia e Silva, 2004; Guzzo e Zamora, 2008), mas também a muralha e os espólios (Maia e Silva, 2004), tornam difícil admitir uma origem tartéssica para a necrópole de urnas de tipo Cruz del Negro identificada nas proximidades do Convento da Graça (Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008).

Parece redundante recordar que a forma das referidas urnas nada tem de indígena, nem sequer o seu fabrico e a sua decoração, e apenas se faz referência a essa circunstância para se concluir, na esteira de outros investigadores, que parece mais sensato defender que Tartessos tenha sido «...un territorio aglutinante que esconde más que una realidad uniforme y homogénea, un complejo panorama en torno a las costas andaluzas a uno y otro lado del Estrecho y el vale del Guadalquivir en el que el factor semita tiene mucho que decir...» (Cruz Andreotti, 2010).

As fontes clássicas e as informações que contêm também não contribuem para iluminar muitas das questões a que os dados arqueológicos não conseguem responder. Quer Álvarez Marti-Aguillar (2005; 2007) quer Cruz Andreotti (2010) puderam já demonstrar, em vários trabalhos recentes, as profundas contradições entre os distintos autores, ainda que considerem que muitas delas não são inocentes. De facto, para Álvarez Marti-Aguillar (2005), Tartesso pode ser afinal o epónimo a que os fenícios chamaram *Gades* o que explicaria a mal interpretada identificação Tartesso-Gádir ou Tartesso/Carteia, comum em tantos autores de géneros literários bem distintos (Salústio, Cícero, Columela, Mela, Plínio, Apiano, Avieno...) (Cruz Andreotti, 2010: 28).

## EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Se o quadro geográfico é difícil de traçar, também a definição da cronologia apresenta problemas, nomeadamente por nunca ter ficado claro nem jamais se ter chegado a qualquer consenso sobre o facto de Tartesso corresponder, ou pelo menos se iniciar, durante o Bronze Final, ou se, pelo contrário, traduziu o resultado do contacto entre as comunidades fenícias que colonizaram o ocidente peninsular e os grupos humanos que nele actuavam. Assim, se a baliza cronológica inferior pode localizar-se em meados do século VI a.n.e., uma vez que dificilmente se poderão chamar tartéssicas as realidades arqueológicas dos século V em diante, a verdade é que o limite superior permanece por definir.

Ainda assim parece claro que o Bronze final da área que tradicionalmente se associa a Tartesso e a Idade do Ferro inicial estão separados por um imenso abismo, plasmado em distintas formas de organização social e política, diversidade de cultos e de entidades cultuadas, diferentes arquitecturas e técnicas construtivas, e díspares tecnologias. Independentemente de os grupos humanos locais poderem ter representado um importante papel no cenário que a chegada de colonos fenícios ajudou a desenhar, os dados actualmente disponíveis evidenciam que na construção da nova entidade que então se forjou o contributo indígena é de facto menor. Considerar que

uma e outra realidade, bem desiguais, correspondem à mesma designação parece-me uma impossibilidade quase total.

## A OESTE NADA DE NOVO

No contexto deste texto, parece impossível não referir que tem vindo a ser defendido que o litoral português foi alvo de uma colonização tartéssica (Torres, 2005; Almagro-Gorbea *et. al.*, 2008; Almagro-Gorbea e Torres, 2009), contrariando as teses, mais tradicionais e geralmente aceites, de que o orientalismo de que se revestiu a Idade do Ferro da fachada ocidental e meridional do actual território português resultou da chegada à região de grupos de fenícios ocidentais (AAVV 1993; Pellicer 1996; 2000; Arruda, 1999/2000; 2005a, 2005b; 2007; 2008; Mayet e Silva 2000).

Se no momento inicial destas propostas se privilegiou a via terrestre (Torres Ortiz, 2005; Almagro-Gorbea *et. al.*, 2008), chegando os tartéssicos ao interflúvio Tejo/Sado por terra, a partir de Medellín, ela própria uma colónia, no texto mais recente já se admite que a via marítima foi também utilizada, ainda que e sempre pelos mesmos protagonistas. Em artigo publicado em 2005, e em outro mais recente (2011) tive já a oportunidade de manifestar a minha discordância em relação a esta proposta, que implicaria uma Tartesso consideravelmente vasta, e com «cidades estado» em condições políticas, económicas e sociais de organizar um processo de colonização «à distância», com vista a «...la fundación de verdaderas «colonias» o asentamientos tartésicos en áreas periféricas, como el Valle Medio del Guadiana en el interior y el interfluvio Tajo-Sado en las costas atlánticas, con el fin de controlar las rutas comerciales por las que discurrían el estaño y el oro del Occidente de la Península Ibérica, al mismo tiempo que contribuían a dar salida a los contingentes de población excedentarios de los centros urbanos del Bajo Guadalquivir, tras el auge demográfico del Periodo Orientalizante Antiguo». (Almagro-Gorbea e Torres Ortiz, 2009).

Os argumentos utilizados para defender esta possibilidade são de vária natureza e de cronologia diversa. Em primeiro lugar, e como já antes referi, os autores chamam à colação o argumento linguístico, plasmado na toponímia e mesmo em alguns antropónimos. De facto, a existência de núcleos urbanos com sufixo em *-IPO* poderia aproximar o Sudoeste português do vale do Guadalquivir, podendo admitir-se, em última análise, que ambos os territórios partilhavam a mesma língua, um factor identitário por excelência. Contudo, e como também nas páginas anteriores tive oportunidade de mencionar, parece importante não perder de vista que os topónimos referidos são conhecidos como tal apenas na época romana, e, mais importante ainda, em momento anterior poderiam ser efectivamente outros. Pelo menos para o caso da área de Lisboa/*Olisipo*, temos a referência de Avieno a uma designação que indicaria outra língua e, assim, outra entidade étnica, *OPHIUSSA*.

Por outro lado, é ainda o périplo massaliota que permite localizar no litoral ocidental português *Cempsí* e *Saefes*, aspecto que, refira-se, Mariano Torres Ortiz não esqueceu (2005), mas que correspondem a étnicos cuja origem indo-europeia é na generalidade aceite (Villar, 2000), ainda que esta mesma origem tenha sido recentemente questionada (Berrocal, 1994; Alarcão, 2001). Também é forçoso deixar aqui expresso que a localização de *Cempsí* no interflúvio Tejo/Sado, *Cempsí* que Torres

Ortiz quis ver como o resultado da miscigenação entre tartéssicos e autóctones (2005), tem por base a identificação do cabo espichel com o cabo *Cempsicum*, o que poderá não ser correcto, porque, ao que tudo indica, Schülten terá lido *Cempsicum* onde está *Cepressicum*.

De qualquer modo, e também como já antes referi, qualquer abordagem paleo-etnológica elaborada através dos textos clássicos é sempre problemática em qualquer análise. E topónimos, etnónimos, corónimos, cuja cronologia de atribuição é difícil de determinar, podem evidenciar realidades muito diversas relativamente à componente genética dos grupos humanos que neles se podem englobar. Os topónimos são pouco transparentes, o que dificulta descortinar o seu sentido e muitas vezes até a língua original.

Também a antroponímia emprestou argumentos a Almagro Gorbea e Torres Ortiz (Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009; Almagro Gorbea, 2010/2011; 2011) para defenderem a «sua» colonização tartéssica. José Luís López Castro (2011) teve já a oportunidade de adscrever etnicamente a famosa personalidade histórica e literária *Lucius Cornelius Bocchus* a outro grupo que não o tartéssico/turdetano. Lembrando que o mesmo é um cidadão romano integrado na elite provincial da Lusitânia, o investigador almeriense admite como muito provável uma origem fenícia para o nome *Bocchus* que é comum no norte de África na área cartaginesa, onde «...las pervivencias antroponímicas fenício-púnicas son abundantes...» (*Ibidem*: 118) e, acrescento eu, uma hipotética relação com o universo tartéssico e/ou turdetano é mais do que improvável.

Ainda no que se refere a língua, é de destacar a existência de inscrições em língua e caracteres fenícios em Tavira (Guzzo e Zamora) e, muito especialmente em Lisboa, bem como, naturalmente, os *graffiti* de Santa Olaia (Rocha, 1908; Arruda, 1999/2000), ainda que estes últimos já tenham sido reclamados como tartéssicos (Torres Ortiz, 2005: 201) e como fenícios (Mederos e Ruiz Cabrero, 2004-2005: 375-376).

Sobre os *Turduli Veteres* (Estrabão, 3, 5; Mela, III,1,8; Plínio, *Nat.hist.* IV, 35.113), e a consequente presença na costa atlântica de grupos com origem tartéssica, defendida por Almagro e Torres Ortiz (Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 2009; Almagro Gorbea, 2010/2011; 2011), outras interpretações são possíveis e, confesso, na minha perspectiva, mais plausíveis. Em trabalho ainda inédito, mas já apresentado no colóquio de *Lenguas y culturas Paleohispánicas*, José Cardim Ribeiro (no prelo) recordou que Luis Berrocal Rangel (1995: 176) já tinha defendido que a deslocação conjunta de *celtici* e *turduli* ao norte de Portugal referida por Plínio podia ter ocorrido em data tardia, em torno aos meados do século II a.n.e., sendo portanto de descartar a antiguidade deste acontecimento, como pretenderam A. C. Ferreira da Silva (1986), que apontou 500 a.n.e., e mesmo J. Alarcão, que data a campanha céltico-túrdula do século III (1992a e b), ou do século IV a.n.e. (1996) (Ribeiro, no prelo). O investigador sintrense recorre ainda a A. Garcia y Bellido (1985: 65), cuja «despreconceituada análise dos textos clássicos» pode evidenciar que a transmigração de *turduli veteres* e *celtici* deveria ter ocorrido pouco antes de Possidónio recolher a notícia, ou seja em meados do século II (*Ibidem*). Cardim Ribeiro lembra também que já Hübner e Schülten tinham defendido que Túrdulus e Célticos tinham sido «...chamados às armas por Decimus Brutus, no sul da Península Ibérica para a campanha contra os Galaicos...» (Hubner, 1899), o que significava que «os Turduli Veteres (...) chegaram

como auxiliares dos romanos de Brutus Gallaicos em 137 a.C. (Schulten, 1939), o que evidencia a compatibilidade das teses dos dois alemães com a hipótese de Garcia y Bellido (Ribeiro, no prelo).

Em conclusão, os *Turduli Veteres* integraram como auxiliares o exército romano de Décimo Júnio Bruus, significando o adjectivo veteranos e não antigos (*Ibidem*).

Mas aos dados arqueológicos deverá dar também a devida importância no contexto deste debate.

Em primeiro lugar, destaque-se os materiais arqueológicos e a sua cronologia, bem como aliás a própria arquitectura funerária e não só, na costa atlântica meridional, concretamente em Ayamonte (García Teysseidier e Cabaco Encinas, 2009) e em Tavira (Maia e Silva, 2004; Guzzo e Zamora, 2008). A componente fenícia em ambos sítios é indelével, destacando-se para o segundo dos sítios a própria epigrafia (*Ibidem*).

No que diz respeito ao vale do Tejo, também a epigrafia, concretamente em Lisboa, merece ser evidenciada, mas a cronologia de 14C de Santarém (Arruda, 1999-2000; 2005a e 2005b), bem como os seus materiais arqueológicos (*Ibidem*) mostram a antiguidade do sítio frente aos estremenhos, nomeadamente Medellín (Almagro Gorbea, 1977), assim como apontam para uma origem muito pouco tartésica. Também para Lisboa, os espólios são dados a reter no momento de avaliar a antiguidade da ocupação orientalizante, e, em Almaraz, os vasos de alabastro e os pesos de balança de forma cúbica, por exemplo devem ser devidamente valorizados (Cardoso, 2004). Naturalmente que, quer em Almaraz quer em Lisboa, existem peças, nomeadamente cerâmicas de engobe vermelho, que serviram para alimentar a tese da colonização tartésica. Porém, tive eu própria já ocasião de demonstrar que esses pratos de bordo muito largo e pequeno diâmetro, com caneluras e ressalto no corpo e, por vezes, com pé alto são efectivamente tardios e a sua forma e características gerais devem relacionar-se com a cronologia e não exactamente com a componente genética dos seus oleiros (Arruda, 2011).

Para o estuário do Sado as questões são sensivelmente as mesmas. Se é evidente a semelhança, em termos de planta e mesmo de funcionalidade, entre Abul e Cancho Roano, a verdade é que parece indelével a antiguidade do primeiro em relação ao segundo, o que, na minha perspectiva, invalida (Mayet e Silva, 2000) a possibilidade de este último estar na génese da fundação do primeiro. Por outro lado, as necrópoles de Medellín e de Alcácer do Sal não se equiparam no que se refere à arquitectura, ainda que seja verdade que em ambas as incinerações em urna de tipo Cruz del Negro tenham existido ou mesmo coexistido. Mas as incinerações *in situ*, em fossas com ou sem canal central, são inexistentes na necrópole estremenha, havendo dados para pensar na posteridade desta em relação à do estuário do Sado.

Assim, e para concluir, cabe destacar que os espólios arqueológicos e a epigrafia evidenciam a existência de fenícios nas costas atlânticas do Ocidente, parecendo que é a estes últimos que se deve assacar a responsabilidade, ou pelo menos parte dela, da orientalização do território português. Com isto não se pretende negar a existência de contactos com outras regiões peninsulares, nomeadamente a Extremadura espanhola ou mesmo a região do vale do Guadalquivir. Mas esses contactos, que se materializam em conjuntos artefactuais ou plantas arquitectónicas exclusivamente com origem exógena, o que demonstra que foram os mesmos protagonistas a divulgá-los nas várias áreas, terão tido exactamente o sentido inverso aquele que os

colegas da Universidade de Madrid têm vindo a propor. De facto, a antiguidade dos sítios e dos materiais do vale do Tejo e do Sado frente aos do Guadiana Médio indicia que esses contactos foram efectuados Oeste/Este e não o contrário. Estes dados não são, na minha perspectiva, desmentidos pela toponímia, nem sequer pela etnonímia.

### *LOST IN TRANSLATION*

O conhecimento disponível sobre Tartesso resume-se assim, quase exclusivamente, a um conjunto de referências de autores clássicos, um pouco confusas quer sobre a localização quer sobre o próprio significado (um étnico, um corónimo, um topónimo, um hidrónimo, etc.). E convém não esquecer que a palavra era conhecida no Próximo Oriente com significados diversos, e que pode ter sido transposta para o espaço atlântico. Tratar-se-á, muito provavelmente, de uma criação exo-étnica projectada sobre uma realidade muito diversa, mas onde o único facto realmente incontestável é a existência de comunidades fenícias já definitivamente instaladas.

Atendendo ao facto de o Estreito de Gibraltar, Cádiz e a costa andalusa se terem constituído como referências geográficas de essa entidade, e ainda de que os textos quer os dados arqueológicos serem indiscutíveis sobre a presença de comunidades fenícias na área costeira de Málaga e de Granada, a tradição tem vindo a situar Tartesso em torno do Guadalquivir e na planície de Huelva.

Parece-me muito improvável que um amplo espaço do sudoeste peninsular partilhe um conjunto de representações no domínio das crenças, dos valores e das referências a uma tradição e a uma memória comum, o que parece indispensável para admitir a existência de uma «nação» tartéssica. No momento em que escrevo, um território de identidades múltiplas que têm alguns elementos partilhados, justamente os que são introduzidos pelos grupos semitas, parece de facto o cenário mais provável, parecendo importante assumir a necessidade de dessacralizar Tartesso.

O que chamamos Tartesso é variado e variável, dependendo, inevitavelmente, dos dados que queremos valorizar e da menoridade que atribuímos a outros. E a verdade é que a palavra teve e tem ainda uma multiplicidade de sentidos, e, na Antiguidade, tal como hoje, parece impossível fixar um único.

*«Quem és tu?», disse a Lagarta.*

*Não era um começo de conversa muito estimulante. Alice respondeu um pouco tímida: «Eu... Eu... No momento não sei, minha senhora... Pelo menos sei quem eu era quando me levantei hoje de manhã, mas acho que devo ter mudado várias vezes desde então».*

*«O que queres dizer?», disse a Lagarta ríspida. «Explica-te!»*

*«Acho que infelizmente não posso me explicar, minha senhora», disse Alice, «porque já não sou eu, entende?»*

*«Não entendo», disse a Lagarta.*

*«Receio não poder expressar-me mais claramente», respondeu Alice muito polida, «pois, para começo de conversa, não me entendo a mim mesma. Ter muitos tamanhos num mesmo dia é muito confuso.»*

Lewis Carrol. *Alice no País das Maravilhas*

## BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1993), *Os fenícios no território português. Estudos Orientais*. 4. Lisboa.
- ALARCÃO, J. (1992a) - Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In *Paeleotnologia de la península Ibérica*. Madrid. 339-345.
- ALARCÃO, J. (1992b) - A evolução da cultura castreja. *Conímbriga*, 31, 37-71.
- ALARCÃO, J. (1996) - O primeiro milénio a.C.. In *De Ulisses a Viriato*. Lisboa. 15-30.
- ALARCÃO, J. (2001) - Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4:2, 293-349.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1997) - *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2010/2011) – Lucio Cornelio Boco: Turdetano de Salacia y autor de la Edad de la Plata de la literatura latina. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*, 18, 287–332.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2011) - *L. Cornelius Bocchus*, político y literato recuperado del olvido. In *L. Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade da Plata da literatura latina*. Lisboa-Madrid. Estudios Arqueológicos de Oeiras, 18, 25-72.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; Lorrio, A.; Mederos, A e Torres, M. (2008) - La ciudad-estado de Medellín-Conisturgis y la cuenca media del Guadiana en el Período Orientalizante. In Martín Almagro-Gorbea (dir.), *La necrópolis de Medellín. III. Estudios analíticos, IV. Interpretación de la necrópolis, V. El marco histórico de Medellín-Conisturgis*. Madrid. 1033-1059.
- ALMAGRO GORBEA, M. e Torres Ortiz, M. (2009) – La colonización de la costa atlántica de Portugal: ¿Fenicios o tartésios?. *Palaeohispanica*, 9, 113-142.
- ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILLAR, M. (2005) - *Tarteso. La construcción de un mito en la bibliografía española*. Málaga.
- ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILLAR, M. (2007) - *Arganthonius gaditanus*. La identificación de Gadir y Tarteso en la tradición antigua. *Klio*, 89:2, 477-492
- ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILLAR, M. e Ferrer Albelda, E. (2008) - Identidad e identidades entre los fenicios de la Península Ibérica en el período colonial. In F. Wulff e M. Álvarez Martí Aguillar (coords.) *Identidades culturales y territorios en la Andalucía preromana*. Málaga. 165-204.
- AMORES, F., AUBET, Ma. E., Gil de los Reyes, Ma. S. e Puya, M. (1997) - Cambio cultural y mecanismos de transformación de la sociedad tartésica durante el Bronce Final y el Orientalizante en el Bajo Guadalquivir: el caso de Carmona, Setefilla y El Carambolo. 2.ª Campaña, 1992. Excavación sistemática en la necrópolis de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2, 154-158.
- AMORES, F., FERNÁNDEZ CANTOS, A. (2000) - La necrópolis de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). In Aranegui, C., (ed.) - *Argantonio, rey de Tartessos*. Sevilla. 156-163.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los fenicios en Portugal. Fenicios e indígenas en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona.



- ARRUDA, A. M. (2005a) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de un novo século. *O Arqueólogo Português*, 4, 23, 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2005b) - Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste peninsular: geografias e cronologías. In S. Celestino e J. Jiménez Ávila (eds.), *El Periodo Orientalizante*. Madrid. 277- 303.
- ARRUDA, A. M.; Covaneiro, J.; Cavaco, S. (2008) - A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça (Tavira). *Xelb*, 8, p. 141-160.
- ARRUDA, A. M. (2007) - A Idade do Ferro do Sul de Portugal. Estado da investigação. *MM*, 48, 114-139.
- ARRUDA, A. M. (2008) - Fenícios e Púnicos em Portugal: problemas e perspectivas, en: J. P. Vita y J. A. Zamora (eds.), *Nuevas perspectivas II: la arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica*, Barcelona. 13-23.
- ARRUDA, A. M. (2011) - Indígenas, fenicios y tartésicos en el occidente peninsular: mucha gente, poca tierra. In Martí Aguillar (Ed.) - *Fenicios en Tartesos: nuevas perspectivas*. BAR International Series. 2245, 151-160.
- BERROCAL RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid.
- BERROCAL RANGEL, L. (1994) - Oppida y castros de la Betúria Céltica. In Almagro Gorbea, M. e Marín Bravo, A. M. (eds), *Oppida y castros de la Beturia celtica*. 184-241.
- BERROCAL RANGEL, L. (1995) – *La Beturia*: definición y caracterización de un territorio prerromano. In *Celtas y Turdulos: La Beturia*. Mérida. 151-204.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A baixa Estremadura nos finais do 4º milenio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras.
- CELESTINO PÉREZ, S. e Salgado Carmona, J. A. (2011) - Nuevas metodologías para la distribución espacial de las estelas del Oeste peninsular. In R. Vilaça (coord.) *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal. 417-448.
- CRUZ ANDREOTTI, G. (2010) - Tarteso-Turdetania o la deconstrucción de un mito identitário. In De la Bandera e Ferrer Albelda (eds.) - *El Carambolo: 50 años de un tesoro*. Sevilla. 17-52.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ-PANTOJA, F., Costa Mas, B. (2005) - Mundo funerario y sociedad en la Eivissa arcaica: una aproximación al análisis de los enterramientos de cremación en la necrópolis del Puig des Molins In Alfredo González Prats (ed.) *El mundo funerario (Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios – homenaje al prof. D. Manuel Pellicer Catalán)*. Alicante. 315-407.
- FRANCO, J. E. (s/d) - O mito e o espelho: A ideia de Europa em Eduardo Lourenço. [http://www.eduardolourenco.com/6\\_oradores/oradores\\_PDF/Jose\\_Eduardo\\_Franco.pdf](http://www.eduardolourenco.com/6_oradores/oradores_PDF/Jose_Eduardo_Franco.pdf)
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1985) – Pequeñas invasiones y transmigraciones internas. In *La Península Ibérica en los comienzos de su Historia*. Oviedo. 60-66.
- GARCÍA TEYSSENDER, E. e Cabaco Encinas, B. (2009) - Avance sobre el hallazgo de la necrópolis fenicia «Hoya de los Rastros», de Ayamonte. In *XIII Jornadas de Historia de Ayamonte*. Ayamonte. 201-214.

- GIL DE LOS REYES E PUYA, (1995) - Excavaciones en la necrópolis de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). In *Actes du IIIe Congrès International des Études Phéniciennes et Puniques*. Tunis. 2. 83-87.
- GIL DE LOS REYES, S., Puya, M., Viñuales, O., Luque, J. M., Maier, J., Franco, C. e Huecas, J. M. (1991) - Informe preliminar sobre el resultado de la excavación de emergencia de la necrópolis tartésica de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía/1989*, 3, 611-612.
- GÓMEZ BELLARD, C. (1990) - *La colonización fenicia de la isla de Ibiza*. EAE. 157. Madrid
- GUZZO, M. G. A. e Zamora, J. A. (2008) - Un ostracon fenicién de Tavira (Portugal). *Vicino Oriente*, 14, 231-240.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) - *La touréutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid.
- LOPEZ CASTRO, J. L. (2011) - Bochus y la antroponímia fenicio-púnica. In *L. Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade da Plata da literatura latina. Estudos Arqueologicos de Oeiras*, 18, 25-72.
- LOURENÇO, E. (1978) - *O Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa.
- LOURENÇO, E. (1990) - *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa
- MAIA, M. e Silva, L. (2004) - O culto a BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*, 20, 173-194.
- MAIER, J. (1992) - La necrópolis de «La Cruz del Negro» (Carmona, Sevilla): excavaciones de 1900 a 1905. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la UAM*, 19, 95-119.
- MAIER, J. (1996) - La necrópolis tartésica de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla), ayer y hoy. *MM*, 40, 97-114.
- MAYET, F. e Silva, C. T. (2000) - *L'établissement phénicien d'Abul (Portugal)*. *Comptoir et sanctuaire*. Paris.
- MEDEROS MARTÍN, A. e Ruiz Cabrero, L. A. (2004-2005) - Un Atlántico mediterráneo. Fenicios en el litoral portugués y gallego. *Byrsa. Rivista di Archaeologia, arte e cultura punica*, 3-4, 351-394.
- PELLICER, M. (1996) - La colonización fenicia en Portugal. *Spal*, 7, 93-106.
- PELLICER (2000) - EL PROCESO ORIENTALIZANTE EN EL OCCIDENTE IBÉRICO. *HUELVA ARQUEOLÓGICA*, 16, 89-134.
- RIBEIRO, J. C. (no prelo) - Para uma outra abordagem contextual dos Turduli Veteres - reformulando uma velha hipótese. *Archivo Español de Arqueología*.
- ROCHA, A. S. (1908) - Memórias e explorações arqueológicas II. Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira da Foz. Parte 1ª Santa Olaya. *Portugália*, 2, 310-356.
- SILVA, A. C. F. (1986) - *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- TORRES ORTIZ, M. (1999) - *Sociedad y mundo funerario en Tartessos*. Madrid.
- TORRES ORTIZ, M (2002) - *Tartessos*. Madrid.
- TORRES ORTIZ, M. (2005) - Las necrópolis tartésicas.- In Alfredo González Prats (ed.) *El mundo funerario (Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios – homenaje al prof. D. Manuel Pellicer Catalán)*. Alicante. 425- 455.

VILLAR, F. (2000) – *Indoeuropeos y no indoeuropeos en la Hispania prerromana*. Salamanca.

VUILLEMONT, G. (1955) - La nécropole punique du Phare dans l'île de Rachoun (Oran). *Libyca*. 3 (1), 7-76.

FIGURA



Fig. 1. Inscrição fenícia do Castelo de São Jorge, sobre ânfora (R1?). Escavações na Praça Nova da responsabilidade de Ana Gomes e Alexandra Gaspar